

MEC – CAPES – DAV

DOCUMENTO DA ÁREA DE HISTÓRIA AVALIAÇÃO TRIENAL 2007 – PERÍODO 2004-2006

ASPECTOS GERAIS

A Avaliação Trienal de 2007 foi precedida por uma reunião preparatória do Comitê de Avaliação (CA), realizada em Brasília, entre os dias 26 e 30 de março do ano corrente, com a participação de todos os seus integrantes, à exceção de um, que se encontrava lecionando no exterior. Nessa ocasião, o CA ocupou-se de três tarefas fundamentais. Primeiro, de redefinir, como anunciado no Documento de Área da Continuada, ano-base 2005, os critérios de avaliação do Qualis-Periódicos, de modo a gerar uma nova classificação desses veículos (ver Anexo I). Segundo, de precisar a modalidade de avaliação para livros, capítulos e outras formas de publicação não contempladas pelo Qualis-Periódicos, conforme exigência da Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES. Finalmente, de selecionar os indicadores necessários para atribuir notas aos itens e quesitos da nova Ficha de Avaliação, que a CAPES aprovava ao final de um longo processo de discussão.

Quanto à primeira dessas tarefas, coube, como nos anos anteriores, a uma comissão, constituída pelas Professoras Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Ida Lewkowicz (UNESP/Franca, participante do Comitê anterior) e Tania Regina de Luca (UNESP/Assis), proceder às correções necessárias na relação dos periódicos da Área disponibilizados pela agência através do *WebQualis*, um aplicativo que passou a permitir que o trabalho possa ser feito *on line*, dispensando deslocamentos. Ao final, o Representante examinou os resultados propostos e, verificada sua conformidade com o que fora estabelecido em março pelo CA, confirmou-os, também eletronicamente. A nova classificação, que serviu de base para a Trienal, pode ser verificada na página da Agência e foi considerada pelo Estatístico Ricardo Lourenço, da CAPES, em comentário pessoal, uma das quatro mais equilibradas de todas as áreas, em termos da distribuição dos títulos entre as diversas categorias.

A elaboração do Qualis-Livros e a escolha dos indicadores com que pontuar a Ficha de Avaliação encontram-se comentadas adiante, em seções específicas.

Para proceder à Avaliação Trienal do período 2004-2006, o CA de História permaneceu constituído essencialmente pelos professores que participaram da Continuada anterior, ano-base 2005: Braz Brancato (PUC/RS), Estevão de Rezende Martins (UnB, integrante do CA no triênio passado), Eurípides Funes (UFC), Júnia

Furtado (UFMG), Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ, também integrante do CA no triênio passado), Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (UFPE, um dos anteriores Representantes da Área no CNPq), Sidney Chalhoub (UNICAMP), Tania Regina de Luca (UNESP/Assis) e Guilherme Pereira das Neves (UFF – Representante). Infelizmente, problemas de saúde em família voltaram a impedir, como no ano passado, a presença da Profª Eni de Mesquita Samara (USP – Adjunto), que foi substituída pela Profª Maria Adenir Peraro (UFMT), suplente proposta pelo CA e aprovada pela CAPES, juntamente com a Profª Joana Maria Pedro (UFSC) e o Prof. Renan Friguetto (UFPR). Como Adjunto, passou então a atuar o Prof. Estevão de Rezende Martins.

Desta feita, os trabalhos transcorreram em uma sala da FINATEC, o excelente espaço para convenções e outras atividades mantido por essa fundação da Universidade de Brasília. Estavam à disposição os equipamentos e suporte necessários. As atividades começavam, quase sempre, por volta das 8h30, quando chegava ao local o ônibus especial que partia do setor hoteleiro, e encerravam-se em torno das 20h, quando o veículo retornava, com intervalos para o almoço e um lanche.

Com exceção do Representante e do Adjunto em exercício, os demais integrantes do CA chegaram a Brasília na noite de domingo, com a instrução de terem previamente consultado os cadernos de indicadores daqueles Programas que lhes tinham sido atribuídos para exame, segundo uma distribuição em que se evitou não só que coubesse a um examinador o seu próprio, como tampouco algum outro do estado em que atua. As atividades de avaliação propriamente começaram na manhã da 2ª feira, 20 de agosto, com a apresentação de alguns informes; uma discussão geral sobre a dinâmica a adotar para as tarefas a realizar; e a familiarização com o modelo, em papel, para orientar o preenchimento da nova Ficha de Avaliação *on line* (ver Anexo II). O Representante não só chamou a atenção para a exigüidade do tempo disponível diante de tudo que cabia fazer, como, em especial, para a posição de cada um dos presentes como representantes da Área de História, e não dos interesses de seus Programas específicos – com o que todos concordaram. Assim, ainda antes do almoço desse primeiro dia, enquanto o Representante tratava de consolidar a pontuação alcançada por cada Programa em sua respectiva planilha do Qualis-Livros, as duplas estabelecidas anteriormente começaram o seu trabalho relativo aos 42 Programas a examinar, dentro do conjunto de 53 Programas já credenciados na Área. Foram eles:

#	IES	Programa	UF	Nível*
1	FIOCRUZ	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	RJ	M/D
2	PUC/RIO	HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA	RJ	M/D
3	PUC/RS	HISTÓRIA	RS	M/D
4	PUC/SP	HISTÓRIA	SP	M/D
5	UERJ	HISTÓRIA (Campus Maracanã – CM)	RJ	M/D
6	UFBA	HISTÓRIA	BA	M/D
7	UFF	HISTÓRIA	RJ	M/D
8	UFG	HISTÓRIA	GO	M/D
9	UFMG	HISTÓRIA	MG	M/D
10	UFPE	HISTÓRIA	PE	M/D
11	UFPR	HISTÓRIA	PR	M/D
12	UFRGS	HISTÓRIA	RS	M/D
13	UFRJ	HISTÓRIA SOCIAL	RJ	M/D
14	UFSC	HISTÓRIA	SC	M/D
15	UFU	HISTÓRIA	MG	M/D
16	UNB	HISTÓRIA	DF	M/D
17	UNESP/As	HISTÓRIA	SP	M/D
18	UNESP/Fr	HISTÓRIA	SP	M/D
19	UNICAMP	HISTÓRIA	SP	M/D
20	UNISINOS	HISTÓRIA	RS	M/D
21	USP	HISTÓRIA SOCIAL	SP	M/D
22	USP	HISTÓRIA ECONÔMICA	SP	M/D
23	UECE	HISTÓRIA E CULTURAS	CE	M
24	UEM	HISTÓRIA	PR	M
25	UERJ	HISTÓRIA SOCIAL (Campus S. Gonçalo – SG)	RJ	M
26	UFAM	HISTÓRIA	AM	M
27	UFC	HISTÓRIA	CE	M
28	UFES	HISTÓRIA	ES	M
29	UFGD**	HISTÓRIA	MS	M
30	UFJF	HISTÓRIA	MG	M
31	UFMT	HISTÓRIA	MT	M
32	UFPA	HISTÓRIA	PA	M
33	UFPB/J.P.	HISTÓRIA	PB	M
34	UFPI	HISTÓRIA	PI	M
35	UFRJ	HISTÓRIA COMPARADA	RJ	M
36	UFRN	HISTÓRIA	RN	M
37	UFRPE	HISTÓRIA SOC DA CULTURA REGIONAL	PE	M
38	UNIOESTE	HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS	PR	M
39	UNIVERSO	HISTÓRIA	RJ	M
40	UPF	HISTÓRIA	RS	M
41	USS	HISTÓRIA	RJ	M
42	FGV/RJ	HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	RJ	F

* M/D – Mestrado e Doutorado; M – Mestrado Acadêmico; F – Mestrado Profissional

** Nova filiação institucional para o antigo Programa da UFMS

A análise preliminar dos Programas, por meio do preenchimento da ficha específica, estendeu-se até a manhã de 5ª feira. A tarde deste dia e todo o seguinte foram ocupados, então, com a discussão geral dos resultados alcançados por cada programa e a condição que tinham para alterar, ou não, sua nota – fosse para cima, fosse para baixo. No sábado, os oito integrantes do CA que permaneciam em Brasília voltaram a se reunir, dessa feita no próprio prédio da CAPES, ao longo de todo o dia para completar as fichas em papel de cada um dos 42 programas e iniciar a sua revisão de acordo com as decisões da discussão geral anterior. Não tendo sido possível concluir essa etapa, o representante, o adjunto e mais um membro do CA, que podia permanecer na cidade, continuaram a tarefa, no domingo, com o auxílio inestimável de uma funcionária da Agência, já dando início, a essa altura, ao preenchimento das fichas no sistema eletrônico, o que, porém, somente pôde ser concluído, sob a pressão dos prazos, no início da noite de 2ª feira, 27 de agosto.

Coube, em seguida, ao Representante a redação preliminar deste Documento de Área, posteriormente submetido à apreciação e aprovação do CA.

O SISTEMA DE INDICADORES DE RESULTADOS (SIR)

Desenvolvido ao longo do último ano pelo Representante da Área de Engenharias III, juntamente com o Estatístico da Agência, o Sistema de Indicadores de Resultados (SIR) pretende avaliar o desempenho dos Programas a partir de um pequeno número de variáveis-chave, relativas aos produtos quanto à formação de recursos humanos e à geração de conhecimentos; ou seja, por meio de indicadores das publicações dos docentes e das defesas de teses e dissertações pelos discentes. O modelo foi apresentado e discutido em ocasiões anteriores, mas somente na tarde do segundo dia da Avaliação Trienal (3ª feira, 21/08), foi possível ter uma demonstração efetiva de seu funcionamento. Por conta da multiplicidade das demais tarefas a cumprir, revelou-se impossível, porém, para este CA, proceder então aos acertos exigidos – a correção dos dados brutos apresentados e a *calibragem* dos indicadores pertinentes – para tornar o SIR adequado às características da Área e, por conseguinte, eficiente de fato. Em função disso, embora reconheça a sua validade e utilidade, a Área de História, como lhe era facultado, decidiu não utilizar o SIR. Tal decisão foi confirmada por ocasião de um telefonema de Valdinei Costa Souza, responsável pela Coordenação de Organização e Tratamento da Informação (COI), para o Representante, em 6 de setembro de 2007.

O QUALIS-LIVROS

Para o Qualis-Livros, ainda no final de março, acertou-se, inicialmente, com Rubia Maria Melo Silveira, responsável pela Coordenação de Avaliação e Acompanhamento (CAA), a disponibilização, em planilhas *Excel* (.xls), da relação dos livros, capítulos e outras produções de cada Programa, tão logo os dados do Coleta, ano-base 2006, e as atualizações daqueles de 2004 e 2005 estivessem processados. Isso veio a ocorrer em 22 de maio. No intervalo, em 3 e 4 do mesmo mês, durante fórum com os coordenadores dos Programas de pós-graduação da Área, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH), foram apresentados e discutidos os critérios e procedimentos propostos pelo CA para o Qualis-Livros da Área, posteriormente fixados nos documentos que constam, ao final deste, como Anexos III e IV.

De posse das 3 planilhas enviadas pela CAA com a produção da Área de livros, capítulos e outras publicações (prefácios, apresentações, resenhas, etc), cada uma delas relativa a um dos anos do triênio, o Representante pôde então preparar as planilhas específicas para o envio aos Programas. Primeiramente, foi reorganizada a disposição dos dados para tornar mais fácil sua manipulação. Em seguida, foram acrescentadas as colunas necessárias para o lançamento da pontuação de cada produção pelos Programas, de acordo com os dois documentos já mencionados. Finalmente, as informações de cada programa para o triênio foram reunidas em planilhas específicas, o que deu origem a 41 planilhas distintas, já que um dos 42 Programas encontra-se com sua produção zerada no Coleta. Na seqüência, essas 41 planilhas, devidamente protegidas com senha, para evitar a alteração involuntária dos dados, foram encaminhadas aos Coordenadores dos Programas por correio eletrônico no dia 1º de junho, estabelecendo-se o prazo de 30 do mesmo mês para sua devolução.

Tal prazo foi criteriosamente cumprido pela quase totalidade dos Programas, explicando-se as poucas exceções por conta de greve nas instituições ou de problemas de saúde dos responsáveis. Ao recebê-las de volta preenchidas, o Representante encaminhou cerca de 4 das 41 planilhas para cada um dos integrantes do CA (inclusive para si próprio), a fim de que as examinassem, eliminando erros evidentes de pontuação e assinalando dúvidas que exigissem a consulta das cópias das publicações que o CA sugerira que os Programas também enviassem para a CAPES. Contudo, operando com planilhas protegidas, era impossível para os membros do CA proceder a correções de falhas que resultavam do preenchimento inadequado do Coleta.

Em seguida, antes do início da avaliação trienal propriamente dita, o Representante viajou para Brasília no dia 16 de agosto e, juntamente com o Adjunto em exercício, examinou, nos dias imediatos, as planilhas enviadas pelos 41 Programas com os dados referentes ao Qualis-Livros respectivos. Agora desprotegidas, era possível não

só compará-las, sempre que necessário (e quando disponíveis), com as cópias em papel contendo os principais dados das produções ao longo do triênio, remetidas diretamente para a CAPES, quanto proceder às correções necessárias, mencionadas no parágrafo anterior. No entanto, estas somente puderam ser feitas de maneira muito imperfeita e incompleta em função do tempo reduzido disponível para lidar com o conjunto de todas as planilhas, que podiam variar de 12 a 292 linhas, compreendendo um total de 3.832 publicações arroladas.

O Representante aplicou, então, a cada uma das planilhas um modelo de cálculo, que tornou possível verificar: (1) o número de publicações por ano de docentes, discentes e outros participantes de cada Programa; (2) a distribuição dessas publicações pelas 8 categorias definidas pelo Qualis-Livros da Área e distinguidas pelas letras de A a H; (3) o número dessas publicações no triênio de acordo com o alcance que tiveram (internacional, nacional ou local); (4) o número de publicações de docentes, discentes e outros de acordo com o seu tipo, ou seja, Texto Integral, Coletânea, Capítulo e Outra; e (5) os pontos alcançados pelo Programa graças ao registro de cada um desses tipos de publicação por docentes, discentes e outros. Apesar de suas deficiências, tais 41 planilhas integram este relatório como seu Anexo V, ordenadas de acordo com o número que corresponde a cada um dos Programas na Tabela apresentada à p. 3, acima.

Algumas dessas informações foram então transferidas para uma Planilha Geral, na qual cada linha corresponde a um dos 42 programas em avaliação (ver Anexo VI), de modo a tornar possível uma análise comparativa. Para as colunas, escolheram-se, inicialmente, algumas informações brutas: o número de publicações de docentes-autores (DA) em cada ano do triênio; o número total de publicações do Programa também em cada ano do triênio, de forma a tornar perceptível o peso da produção discente e dos outros participantes; o número das publicações dos docentes-autores nas categorias A (textos integrais resultantes de pesquisa original) e E (capítulos resultantes de pesquisa original e organização de coletâneas); o número das publicações dos docentes-autores de alcance internacional e nacional; o número total de textos integrais e de capítulos produzidos pelos docentes-autores (cf. colunas 1 a 12). Nas colunas seguintes (13 a 15), lançaram-se os totais de pontos obtidos pelos docentes, discentes e outros participantes do Programa com suas publicações, tal como descrito no parágrafo acima. Na coluna 16, aparece então o total de pontos alcançados pelo Programa mediante a soma dos pontos dos docentes com a metade dos pontos dos discentes e um terço dos pontos dos outros participantes, de modo a valorizar o peso dos primeiros. Nas duas colunas seguintes, tal soma surge como a percentagem da participação do Programa na produção da Área, tomando, primeiro, o total de pontos como referência; e, segundo, a média de pontos pelos 41 Programas com dados. Finalmente, na coluna 18, dividindo-se o resultado da coluna 16 pelo número de docentes permanentes (coluna 21), calculou-se a

Média Final de pontos alcançada pelo Programa. Esta, nas colunas 19 e 20, converte-se igualmente em sua participação percentual na produção da Área, conforme a mesma metodologia.

Os números obtidos, no entanto, não podem ser considerados sem que se tomem algumas precauções. Em primeiro lugar, como o tempo para a revisão das planilhas revelou-se insuficiente, as diferentes contagens de publicações estão sujeitas a uma margem de engano difícil de precisar, uma vez que resultam do preenchimento mais ou menos correto do Coleta. Assim, por exemplo, pode ocorrer que textos integrais tenham sido contados como capítulo, ou vice-versa. Em segundo lugar, justamente por deficiência na contabilidade dessa primeira operacionalização do Qualis-Livros da Área, algumas distorções flagrantes logo se fizeram notar.

Na realidade, apesar do acentuado consenso entre os membros do CA de que as planilhas do Qualis-Livros da Área foram eficazes no sentido de proporcionar uma idéia bastante razoável do perfil de publicações dos Programas, tornou-se impossível, dadas tanto a falta de familiaridade com o aplicativo quanto a exigüidade do tempo disponível para análises mais detalhadas, encontrar a maneira pela qual fosse possível, em cada uma, corrigir tais distorções. Algumas dessas, como mencionado acima, resultam de falhas no preenchimento do Coleta, que se mostraram impossíveis de sanar ou escaparam ao exame a que se procedeu. A maioria, no entanto, decorreu da inadequação dos critérios adotados para distinguir parte da produção. O fato é que muitos programas, quase sempre pequenos e tendendo a um certo isolamento geográfico, têm procurado, de maneira louvável, compensar as dificuldades que sentem de divulgar sua produção com a publicação de coletâneas de trabalhos de seus docentes. Tais obras, no entanto, em função dos critérios adotados e das dificuldades para realizar um exame mais rigoroso – que distinguisse, como previsto, entre coletâneas endógenas ou não – acabavam quase sempre alcançando uma pontuação muito elevada. Apesar disso, elas não podem ser avaliadas como dotadas do mesmo impacto de outras, equivalentes, publicadas por programas consolidados e de projeção.

Sem descer, nesse momento, a casos concretos, uma conta simples talvez esclareça melhor o problema. Uma coletânea com 14 capítulos de um pequeno Programa pode alcançar a pontuação de 610 pontos (40 pela organização e publicação em papel; 10 pela apresentação do volume em papel; 560 pelos 14 capítulos em papel), enquanto um texto integral resultante de pesquisa original atinge no máximo 150 pontos (120 pela natureza + 10 por ser em papel + 10 por tratar-se de uma reedição + 10 por conta de um prêmio). Como os programas mais consolidados tendem a produzir livros de pesquisa original e capítulos em coletâneas pouco endógenas, o total de pontos que acumulavam tendia a ficar prejudicado, sobretudo porque, em geral, possuem corpo

docente mais numeroso e, portanto, um divisor mais elevado na hora de calcular a mencionada Média Final.

Cabe destacar que o mesmo problema surgiu para outros CAs, conforme ficou explicitado na reunião das Grandes Áreas de Humanas, Artes, Letras e Linguística, realizada em São Paulo no dia 4 de setembro. Não obstante, diante dessa situação, involuntariamente gerada por essa primeira experiência do Qualis-Livros da Área, a solução, apesar de introduzir um elemento subjetivo, foi a de adotar um Fator de Correção (ver coluna 25 da Planilha Geral apresentada no Anexo VI), fixado de forma a situar a pontuação do Programa na faixa que o exame qualitativo do perfil de sua produção, na Planilha Específica, recomendava fazê-lo. Embora tal Fator de Correção se transforme, ele próprio, em um indicador, que não deve ser desprezado, será indispensável, a manter-se a mesma metodologia, porém, encontrar uma solução mais apropriada no futuro.

OS INDICADORES DA FICHA DE AVALIAÇÃO

Não cabe aqui um comentário detalhado sobre a escolha e ponderação dos indicadores que o CA escolheu, em sua reunião no final de março do corrente ano, para avaliar os itens dos cinco quesitos que compõem a nova Ficha de Avaliação. Tais decisões encontram-se consolidadas no documento disponibilizado na página da CAPES intitulado Critérios para Atribuição de Conceitos na Ficha de Avaliação. O que cumpre fazer, por conseguinte, é a indicação dos aspectos nos quais o CA se afastou desse documento durante a Avaliação Trienal.

Em primeiro lugar, por decisão unânime, o CA resolveu excluir o primeiro indicador escolhido para o Item 1 do Quesito II; ou seja, aquele que dizia respeito à endogenia da formação do corpo docente do Programa. Isso decorreu da constatação de que um dos três Programas mais importantes da Área, por força de sua história e tradição, como o mais antigo com Doutorado, receberia uma nota, neste item, de todo incompatível com sua projeção. Não obstante, o CA registrou o fato todas as vezes em que, neste caso ou em outros, constatou uma excessiva endogenia.

Em segundo lugar, as maiores modificações introduzidas pelo CA no decorrer da Trienal dizem respeito aos indicadores do Quesito IV, sobre a Produção Intelectual. Originalmente, como deixam evidente os citados Critérios para Atribuição de Conceitos na Ficha de Avaliação, pensou-se em utilizar o Qualis-Livros, o Qualis-Periódicos e o próprio SIR como instrumentos para tornar a avaliação deste Quesito a mais objetiva possível. Contudo, como indicado acima, nem a sistemática adotada para o Qualis-Livros da Área revelou-se plenamente satisfatória, nem foi possível corrigir

adequadamente a base de dados e *calibrar* os indicadores do SIR. Neste último caso, optou-se, como já foi dito, pela sua não-utilização. No do Qualis-Livros, tornou-se indispensável recorrer a procedimentos mais tradicionais, de caráter qualitativo, cuja principal evidência consiste no Fator de Correção, que veio a ser adotado.

Dessa forma, o Item 1 do Quesito IV, quanto às publicações qualificadas dos docentes permanentes (DP), passou a ser avaliado por três indicadores (cf. o documento corrigido Critérios para Atribuição de Conceitos na Ficha de Avaliação, apresentado no Anexo VII, e o já mencionado modelo em papel da Ficha de Avaliação, Anexo II). O primeiro deles, a qualidade da produção de livros, capítulos e outras produções, exigiu o exame da planilha do Qualis-Livros específica do Programa, assim como a análise da Planilha Geral do Qualis-Livros (Anexo VI), para verificar a posição ocupada pelo Programa na Área. Algo semelhante aplica-se ao segundo indicador, a qualidade dos artigos em periódicos, cujos dados, fornecidos pelo cadernos de indicadores denominados “Programa” e “Produção Bibliográfica”, foram transferidos para uma Planilha Geral do Qualis-Periódicos e Trabalhos Completos em Anais (Anexo VIII). Para o terceiro indicador, a publicação justamente de trabalhos completos em anais, como a Área ainda não dispõe de um Qualis-Eventos, a avaliação reduziu-se ao cálculo da sua quantidade e à comparação com a produção dos demais programas, através da mesma Planilha apresentada como Anexo VIII. Por outro lado, na Geral do Qualis-Periódicos e Trabalhos Completos em Anais, diante das dificuldades encontradas e das distorções que constatou, o CA decidiu não só elevar o peso dos artigos em periódicos A (internacionais e nacionais, como definidos pelos Critérios para Avaliação de Periódicos Impressos e Eletrônicos, Anexo I) de 25 para 30 pontos, tornando-os assim equivalentes a um capítulo de livro, como também reduzir o valor dos trabalhos completos em anais de 15 para 5 pontos.

O Item 2 do Quesito IV, a distribuição da produção entre os docentes, tampouco pôde ser avaliado pelos indicadores 4 e 5 do SIR, conforme propunha o original dos Critérios para Atribuição de Conceitos na Ficha de Avaliação. Ao invés, foi analisado de maneira tradicional, recorrendo ao novo caderno de indicadores denominado “Corpo Docente Produção” (DP) e atentando para o percentual dos docentes permanentes cujas publicações mostraram-se pouco relevantes (resumos) ou inexistentes.

Subsidiariamente, o CA ainda elaborou uma outra Planilha Geral, em que procurou tornar mais fácil a comparação de alguns indicadores dos 42 Programas entre eles (Anexo IX).

OS PROGRAMAS NOVOS CREDENCIADOS DURANTE O TRIÊNIO

Ao longo deste último triênio, a Área de História passou por uma acentuada ampliação: de 36 Programas credenciados, ao final da Trienal anterior (2004), alcançou o número de 53, o que equivale a um crescimento de quase 50%.

No exame das 12 propostas de 2005, o CA recomendou o credenciamento de quatro cursos novos (UFAM, UNIOESTE, UERJ-São Gonçalo, UNEB) e de um Doutorado (UFU), aos quais o CTC houve por bem acrescentar mais três Mestrados (UFRPE, UECE, UNIVERSO), perfazendo, portanto, um total de sete.

Em 2006, diante de mais 12 propostas, o CA recomendou o credenciamento de sete novos Programas de Mestrado (UFMG, UFOP, UNIRIO, UEFS, UEL, UDESC, UCGO) e um de Mestrado e Doutorado (FGV/RJ), que foram aprovados pelo CTC, este último com nota 4.

Finalmente, as propostas em 2007 caíram pela metade do número dos dois anos anteriores, das quais foram aprovadas apenas duas, de Mestrado (UFRRJ, UFSJ), que o CTC confirmou em seguida.

Desses 17 Programas novos, 11 não preencheram o Coleta ano-base 2006 e, por conseguinte, não foram avaliados na presente Trienal de 2007 (UNEB, UFGG, UFOP, UNIRIO, UEFS, UEL, UDESC, UCGO, FGV/RJ-acadêmico, UFRRJ, UFSJ). Sob a forma de um acompanhamento anual, foram então avaliados: UFAM, UNIOESTE, UERJ-São Gonçalo, UFRPE, UECE, UNIVERSO, todos iniciados em 2006, sem possibilidade de mudança de nota.

A SITUAÇÃO DOS PROGRAMAS COM NOTA 3

Além de 10 Programas novos, que ainda não apresentaram Coleta, e desses seis Programas mencionados logo acima, iniciados em 2006, a Área de História conta com mais 13 Programas de Mestrado aos quais estava atribuída a nota 3. Desse conjunto, dois iniciaram suas atividades em 2005 (UFRN, UFPB-J.P.); enquanto quatro (UFPA, UFPI, UFJF, UEM), o fizeram em 2004 – não dispondo, por conseguinte, de um triênio completo tampouco para que possam ter sua nota alterada. Dos restantes, os mais recentes são o da UFES (2003) e o da UFRJ-História Comparada (2002), seguidos pelos da UFC (2000), da UFGD (antigo UFMS) e da UPF (1999), da UFMT (1998) e da USS (1994).

Descontados os 10 primeiros, o CA procurou preencher a Ficha de Avaliação dos 12 seguintes com os comentários pertinentes, de modo a orientá-los nesse período inicial.

Do conjunto, dois preocupam, tendo alcançado apenas a nota 2, segundo o aplicativo. Do Coleta da UECE, cuja infra-estrutura mostra-se bastante precária, não consta uma só publicação, quer de docentes (10 DP), quer de discentes (8). A UNIVERSO, com apenas 5 discentes para 11 DP, continuou a não deixar clara a articulação do Programa com a Graduação e apresentou uma produção intelectual bastante reduzida (é a planilha com o menor número de linhas, 9), concentrada em uma docente contratada após a aprovação do Programa, enquanto quase 50% do corpo docente não registra produção alguma.

Todos os demais apresentam indicadores satisfatórios, chegando seis a alcançar nota 4, em função do aplicativo. Destes, no entanto, e, sobretudo, dos quatro cujas atividades iniciaram-se em 2004, o CA considerou que somente dois se destacam de maneira mais consistente: UFPA e UFJF. Apesar da persistência de alguns desequilíbrios, sobretudo quanto à distribuição das orientações, isso decorre do início das titulações em ritmo adequado e da produção intelectual significativa, com indicações de provir de esforços coletivos mais freqüentes e de articular-se a espaços mais amplos que os usuais para Programas nessa faixa. Embora também tenham atingido a nota 4, nem o Programa da UFPI, nem o da UEM parecem ainda encontrar-se no mesmo patamar, pois, se também sofrem de desequilíbrios na distribuição das orientações de pós, apresentam uma produção intelectual mais restrita à sua região de atuação (ambos) e uma média de meses para titulação de discentes bastante baixa, deveras preocupante, no caso da UFPI (23,5 e 22,5 meses para alunos em geral e alunos bolsistas).

Passando ao grupo daqueles que já percorreram um triênio completo, o Programa da UFES (2003) evidencia indicadores em sua maioria positivos, mas também um número muito elevado de ingressos, que já situou diversos DP no limite de sua capacidade de orientação, algo bastante inadequado para um curso que titulou seus primeiros mestres no decorrer deste último triênio. A produção é volumosa, compreendendo docentes (88 linhas na Planilha Específica do Programa) e discentes (41 linhas), mas mal identificada, desigual na qualidade, majoritariamente veiculada por editoras locais ou pelo próprio Programa. Por este motivo, o CA não julgou que mereça ainda a nota 4 que o aplicativo lhe atribuiu. Algo semelhante ocorre com o Programa da UFGD, anteriormente vinculado à UFMS, que apresenta carência de informações no Coleta e excesso de projetos de pesquisa cadastrados entre os DP, mas cuja produção intelectual, sobretudo, com apenas 27 linhas, para uma média de 15,6 docentes permanentes no triênio, revela-se pequena em demasia ou sub-registrada, além de bastante restrita à região imediata. Por isso, o CA também não endossa a nota 4 que o aplicativo lhe atribuiu e insiste que permaneça com a nota 3.

Com nota 3 ainda aparece a USS. Criado em 1994, o Programa vem apresentando problemas consideráveis, que quase o levaram ao descredenciamento no final do triênio anterior. Apesar disso, de 2004 a 2006, ele mostra claros sinais de ter sido capaz de reorganizar-se de acordo com as recomendações recebidas, ainda que se mantenham alguns desequilíbrios na distribuição das orientações e nas publicações. O índice elevado de artigos Qualis A decorre da concentração da publicação em uma única revista dessa categoria. Assim sendo, convém que permaneça nesse nível a fim de que se possa observar o comportamento do Programa por mais um triênio.

Já os quatro outros Programas, o CA considera que devam ser elevados para a nota 4. Em primeiro lugar, o da UFMT, criado em 1998, com uma média de apenas 11,6 DP no triênio e, por isso, ainda muito dependente de professores colaboradores e visitantes, mas que dispõe dos demais indicadores em níveis adequados, como o de 30 linhas para as publicações docentes bastante consistentes e razoavelmente distribuídas, um fluxo satisfatório de titulação, a presença de núcleos de pesquisa e de dois pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq, além de intercâmbios institucionais voltados para a região, que contemplam os vizinhos além fronteiras.

Um perfil semelhante apresenta o Programa da UPF (1999), com uma média de 9,6 DP no triênio, em que se destaca o volume da produção intelectual (57 linhas para os docentes), sua consistência, excelente fluxo de titulação e núcleos de pesquisa consolidados, com intercâmbios institucionais no Brasil e até no exterior.

Com excelente fluxo de titulação, produção intelectual consistente (27 linhas para os docentes na Planilha do Qualis-Livros), núcleos de pesquisa em atividade e um pesquisador bolsista de produtividade do CNPq, intercâmbios institucionais nacionais e internacionais, que possibilitaram a presença de professores visitantes estrangeiros, surge igualmente o Programa da UFC, que iniciou suas atividades em 2000 e hoje conta com 11,5 DP na média do triênio.

Situação um tanto diversa é a do Programa de História Comparada da UFRJ. Desdobramento do Programa de História Social, aprovado em 2002, reúne 18 DP na média do triênio, alguns já de larga experiência e compreendendo oito pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq. Como resultado, apresenta uma produção intelectual considerável (109 linhas para os docentes na Planilha Específica do Qualis-Livros), de relevância na Área e ampla repercussão, fluxo de titulação e demais indicadores em níveis adequados. Embora o aplicativo, por conta de todos esses pontos positivos, lhe tenha atribuído a nota 5, este CA considera mais prudente elevar este programa apenas para 4, de modo que ele possa aperfeiçoar os ajustes que vem promovendo para viabilizar uma proposta que, no início, despertou algum estranhamento, mas que agora parece caminhar para uma solução satisfatória.

Caso esses quatro Programas (UFMT, UPF, UFC e UFRJ-História Comparada) tenham sua ascensão para a nota 4 aprovada pelo CTC, a Área de História conservará 25 de seus 53 cursos credenciados com nota 3; ou seja, 47,2% deles. Cabe lembrar, porém, que 16 – ou 64% – foram criados ao longo do triênio que findou, alguns com indícios de um excelente desempenho.

A SITUAÇÃO DOS PROGRAMAS COM NOTA 4

Ao iniciar-se o triênio 2004-2006, a Área de História contava com 10 Programas classificados com a nota 4 no Mestrado (27,8%), embora, em um caso, a instituição, UFG, tivesse Mestrado (1972) nota 4 e Doutorado (2003) nota 3; e, em outro, a UFU, cujo Mestrado data de 1999, só tenha solicitado o credenciamento do Doutorado em 2005. Eram os demais (seguidos pelos anos de criação do Mestrado e do Doutorado): UFPE (1974/1991), UFSC (1975/1998), UNB (1976/1994), UNESP-Franca (1980/2001), UNISINOS (1987/1999), UFBA (1990/2002), UERJ-Campus Maracanã (1995/2003) e FIOCRUZ (2001/2001).

Examinado o conjunto, o CA identificou seis Programas para os quais considerou adequada a indicação de progressão para a nota 5.

O primeiro deles é o da UFBA, com 16,7 DP na média do triênio e quatro pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (24,0%). Embora seus indicadores revelem alguns desequilíbrios, em particular quanto à distribuição da produção intelectual entre os DP, do que resulta um total aquém daquele esperado (31 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros), e quanto ao fluxo de titulação no Doutorado (apenas 2 titulados desde 2002), trata-se de um dos dois Programas com mais forte inserção na região Nordeste, que inclui um grupo de especialistas nas temáticas da escravidão e das culturas afro-brasileiras respeitado nacional e internacionalmente, responsável por um dos periódicos de referência nesse campo. Além disso, um de seus professores publicou artigo em 2006 num dos mais prestigiados veículos da Área no mundo todo, os *Annales, Histoire, Sciences Sociales* (Paris).

Para manter-se na mesma região, o segundo é o da UFPE, igualmente um pólo de atração acadêmica para a Área de História no Nordeste desde quase o início da pós-graduação. Com 18,6 DP na média do triênio, o Programa consolidou a reforma em sua estrutura, realizada ao final do triênio anterior. Embora persistam alguns desequilíbrios, inclui seis pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (32,3%) e apresenta bons indicadores quanto à produção docente (84 linhas na Planilha Específica) e discente, quanto ao fluxo de titulação de mestres e doutores e quanto aos intercâmbios institucionais que mantém.

Em seguida, encontra-se o Programa da UnB, com 19,0 DP na média do triênio e sete pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (36,8%). Ainda que se conservem alguns desequilíbrios, a sua evolução ao longo do triênio mostrou-se bastante positiva, fruto de uma auto-avaliação constante que tem assegurado uma reformulação de sua estrutura. Como resultado, os indicadores da produção dos docentes (86 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros), do fluxo de titulação (melhor no Mestrado do que no Doutorado) e da forte inserção regional e nacional do Programa na Área, por meio de intercâmbios institucionais no Brasil e no exterior, permitem então indicá-lo para a nota 5.

O quarto Programa a merecer, na avaliação do CA, essa progressão é o da UFSC, com 20,0 DP na média do triênio e quatro pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (20,0%). Embora sua proposta pudesse estar mais detalhada e haja necessidade de pequena correção no fluxo de titulação do Doutorado, os indicadores apontam para um notável equilíbrio na participação dos docentes em atividades de docência e de orientação, na graduação como na pós, assim como no engajamento nas linhas e projetos de pesquisa. O corpo docente, ainda que jovem, revela qualidade consolidada, com produção relevante (com 50 linhas na Planilha Específica) e irradiação reconhecida no país e crescente penetração no exterior, como evidenciam várias iniciativas de intercâmbio.

Com equilíbrio equivalente aparece a UNISINOS (17,0 DP na média do triênio e dois pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq na Área de Arqueologia, ou seja, 11,8% do corpo docente). Destaca-se a qualidade da infra-estrutura, com bibliotecas que alcançam cerca de 800 mil volumes e com projetos voltados para a constituição de acervos e a formação de centros de documentação. A presença de vários grupos de pesquisa e núcleos consolidados vem favorecendo a obtenção não só de financiamentos de diversos órgãos de fomento brasileiros e até estrangeiros (Argentina), como a presença de quatro professores em estágio de pós-doutoramento. Ainda que o TMT no Doutorado esteja baixo, o fluxo de titulação mostra-se adequado no Mestrado, o que assegura ao Programa papel destacado na formação de quadros no sul do Brasil e nas regiões próximas ao Prata. Constata-se a presença de muitos textos de divulgação científica ou paradidáticos, mas a produção dos docentes (101 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros) revela-se significativa e consistente.

Aprovados conjuntamente o Mestrado e o Doutorado em 2001, o Programa da FIOCRUZ ocupa um lugar particular por constituir-se no único especificamente dedicado à História da Ciência na Área. Conta com 17 DP na média do triênio e seis pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (35,3%), dois dos quais na Área de História. Sem dispor de Graduação, orienta alunos desse nível de forma sistemática, por

meio de bolsas de IC e co-orientação de monografias. Embora o Programa ainda se encontre bastante restrito à própria instituição e convenha que se articule mais com outros centros de pesquisa em história da ciência no país e no exterior, apresenta indicadores claros de qualidade, quanto à produção intelectual de seus docentes (83 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros), como ao fluxo de titulação.

Caso essas proposições sejam aprovadas pelo CTC, a Área de História terá acrescentado quatro Programas ao nível 4 por progressão do nível 3; conservado 4 Programas do triênio anterior; e somado mais um Programa novo, aprovado com nota 4, o da FGV/RJ acadêmico. Isso a deixará, por conseguinte, com 9 Programas neste patamar (um a menos do que em 2004), o que corresponde a quase 17% dos atuais 53 Programas, resultado um tanto baixo, mas que não pode ser considerado sem lembrar o grande número de Programas novos credenciados no triênio com nota 3, alguns dos quais dão sinais de terem excelente desempenho, permitindo antever, ao final do próximo, um maior equilíbrio deste nível.

A SITUAÇÃO DO PROGRAMA PROFISSIONAL

Dispondo a Área de um único Programa de Mestrado Profissional, o da FGV/RJ, criado em 2003, de excelente nível acadêmico, não parece fazer sentido tratá-lo separadamente, em outro Documento de Área. Trata-se de Mestrado Profissionalizante que visa formar profissionais na área de bens culturais. Conta com 18,0 DP na média do triênio e dois pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq na Área de História (11,1%), mais seis em outras. O programa dispõe de excelentes acervos documentais e bibliográficos, assim como sólidos recursos de informática. O curso de graduação somente no ano-base 2006 deu início a suas atividades. O fluxo de titulação mostra-se adequado, já tendo havido a formação de quadros capazes de responder a demandas específicas do mercado; mas a produção discente, como seria de esperar, encontra-se bem abaixo dos Programas acadêmicos. Com a presença de núcleos e grupos ativos de pesquisa, os docentes do Programa asseguram-lhe importante inserção social, por meio de uma produção de qualidade (94 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros). Por todos esses indicadores positivos, o CA achou por bem recomendar a atribuição ao Programa da nota 5.

A SITUAÇÃO DOS PROGRAMAS COM NOTA 5

Ao final do triênio anterior, a Área de História tinha oito Programas com nota 5, o equivalente a 22,2%. Eram eles: USP-HE (1971/1971), UFPR (1972/1982), PUC-SP (1972/1990), PUC-RS (1973/1987), UNESP-Assis (1980/1989), UFRGS (1986/1995),

PUC-Rio (1987/1998) e UFMG (1990/2000). O CA recomendou a indicação de três destes para nota 6, e eles serão tratados a seguir. Caso tal recomendação seja aprovada pelo CTC – assim como a progressão dos seis Programas atualmente com nota 4, analisados acima – a Área passará a ter 11 Programas nesta faixa, o que corresponde a 20,8%.

Os Programas da UFPR, PUC-SP, UNESP-Assis, UFRGS e PUC-Rio são todos Programas consolidados, com excelentes indicadores em quase todos os itens quanto à produção docente, ao fluxo de titulação no Mestrado e no Doutorado e na inserção nacional e até internacional que, com frequência, asseguram. Apesar disso, ao longo do triênio, não evidenciaram sinais nítidos de uma evolução que justificasse a mudança de nível.

Com 17,0 DP na média do triênio, oito deles bolsistas de produtividade do CNPq (47,1%), a produção dos docentes da UFPR ocupa 37 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros, mas pode ser mais bem distribuída entre eles. A PUC-SP reúne 14,3 DP na média do triênio e sete pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (49,0%), os quais são responsáveis por 50 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros; contudo não há registro de projetos coletivos, todos os DP são titulados há mais de 5 anos, a média trienal de orientação por docente permanece muito elevada e alguns professores não apresentam produção significativa ao longo do triênio. No Programa da UNESP-Assis, com 21,0 DP na média do triênio e apenas dois bolsistas de produtividade do CNPq (9,5%), observa-se uma endogenia mais alta do que a desejada, uma produção intelectual substantiva (59 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros) e uma forte inserção regional, mas também fluxo insuficiente de titulação no Mestrado e distribuição um tanto desigual da produção docente. São igualmente 21,0 DP na média do triênio, dos quais seis bolsistas de produtividade do CNPq (28,6%), no Programa da UFRGS, que exhibe uma endogenia relativamente elevada, apenas 50,8% dos docentes titulados há mais de 5 anos e somente 60,4% deles atuando na docência de Pós, por conta dos encargos na Graduação; apesar disso, revela irradiação consolidada em sua região de implantação e produção intelectual de qualidade (99 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros), inclusive de projeção internacional. Já a PUC-Rio, que conta com 13,3 DP na média do triênio e cinco bolsistas de produtividade do CNPq (37,6%), revela produção expressiva (67 linhas na Planilha Específica do Qualis-Livros) e fluxos adequados de titulação, mas também uma taxa insuficiente de renovação de seu corpo docente e considerável disponibilidade de orientação, com uma média baixa de orientandos por docente.

AS INDICAÇÕES PARA PROGRAMAS DE EXCELÊNCIA

Ao final do triênio anterior, a Área de História apresentava um perfil curioso no nível de excelência, com apenas um Programa nota 6 e três Programas nota 7. Estes últimos continuam constituindo as principais referências da Área e, na avaliação do CA, merecem prosseguir ocupando o topo da pirâmide. No entanto, a consolidação da Área – de que constitui evidência a grande ampliação, equivalente a quase 50%, por que passou ao longo do presente triênio – implica igualmente que novos Programas sejam capazes de revelar indicadores suficientes para ascender ao patamar da nota 6. De acordo com este CA, ao lado do anterior Programa de História Social da UFRJ, são eles: a PUC-RS, a UFMG e a História Econômica da USP.

Os critérios para a indicação de Programas ao 6 e ao 7 não foram definidos pelo CA por ocasião da mencionada reunião preparatória de março de 2007 e, por conseguinte, deixaram de constar do documento apresentado como Anexo VII. Eles foram discutidos posteriormente, mediante os subsídios produzidos por uma reunião da Grande Área de Humanas em São Paulo, nos dias 18 e 19 de junho, que contou com a presença do Diretor de Avaliação, Prof. Renato Janine Ribeiro, e o material legado pelo CA anterior, coordenado pela Prof^a Stella Bresciani. Estão indicados, em termos ainda bastante genéricos, na Ficha-modelo para Análise dos Programas (Anexo II), mas foram, na realidade, consolidados a partir da discussão realizada no âmbito do CA, no decorrer da própria Trienal.

Três observações, no entanto, fazem-se necessárias. Primeiramente, como deixa claro a Planilha Geral montada com alguns indicadores importantes dos 42 Programas em avaliação (Anexo IX), pareceu muito difícil a este CA estabelecer indicadores e critérios precisos e decisivos, no sentido de excludentes, para distinguir quais são os Programas que merecem a indicação para nota 6 ou para nota 7. Ao contrário, com base naqueles elementos apontados na Ficha-modelo para cada um dos três Itens definidos para esta avaliação específica, julgou-se mais adequado realizar uma análise criteriosa da situação dos indicadores-chave e do equilíbrio que alcançaram entre si, Programa a Programa, a partir de uma visão ampla da área como um todo.

Em segundo lugar, cabe lembrar a especificidade daquilo que se pode denominar de *internacionalização* na Área de História. Majoritariamente voltada para a História do Brasil, a Área não deixa de obter benefícios marginais quando um periódico dos mais famosos, como os *Annales*, *Histoire*, *Sciences Sociales*, fundado em 1929 por dois seminais historiadores contemporâneos, publica, como ocorreu em 2006, um dossiê sobre a economia do tráfico de escravos e a resistência servil no Brasil colonial, incluindo artigo de um professor do Programa da UFBA. Se tais avanços são importantes para tornar visível a História do Brasil no horizonte dos historiadores

europeus, norte-americanos e outros – como também decorre da crescente participação de docentes brasileiros em congressos e associações internacionais – não é aí, porém, que aparecem as maiores novidades, que exigem um público já mais familiarizado com as questões envolvidas e que dificilmente deixa de ser capaz de ler em português, mesmo sendo estrangeiro. Certamente, tal situação irá alterar-se quando passar a haver uma massa crítica de historiadores brasileiros voltados para a história de outras regiões e períodos, algo que parece estar começando a acontecer com o setor de História Antiga e Medieval, graças ao apoio da CAPES e do CNPq para a formação de doutores no exterior. Contudo, nas próximas décadas, é difícil imaginar que a História no Brasil deixe de ser escrita predominantemente em português. Contudo, isso não significa isolamento, em função dos contatos e intercâmbios que docentes e discentes brasileiros mantêm com colegas estrangeiros, através de convênios de intercâmbio, de estágios de pós-doutorado, de convites para cursos e palestras, de iniciativas conjuntas de pesquisas comparadas, de bolsas-sanduíche, etc. É aqui que reside a verdadeira internacionalização da Área.

Finalmente, não custa lembrar que a Área de História, como outras de Humanas, não tem a tradição de concentrar sua produção de ponta dirigida para artigos em periódicos, mas, sim, para a publicação de capítulos em coletâneas de temática específica e autores de procedências variadas, assim como, sempre que possível, em livros.

Na perspectiva deste CA, os Programas indicados para excelência caracterizam-se, de uma forma geral, por disporem de um corpo docente permanente superior à média da Área (17,7 DP), com elevado índice de docência na Graduação e na Pós, assim como, sobretudo, de orientação na Pós. Também incluem, na perspectiva comparativa propiciada pela Planilha Geral, Anexo IX: um número expressivo de discentes-autores; próximo de um terço ou mais do corpo docente como pesquisadores do CNPq; envolvimento com projetos coletivos; orientandos por DP em proporção razoável diante das dimensões do Programa, mas nunca superior a oito; presença de orientação de alunos da Graduação; números próximos ou acima da média da Área de alunos do Mestrado (43,0) e do Doutorado (50,3); fluxo de titulação para os dois níveis, cujas médias são 15,2 (ME) e 11,9 (DO), correspondentes a aproximadamente 30% e 20% do corpo discente, respectivamente; tempos médios de titulação dentro dos padrões estabelecidos pela Área (de 24 a 36 meses para o ME e de 48 a 60 meses para o DO), sobretudo quanto aos bolsistas; resultado próximo ou acima de 0,5 titulados de DO por DP no triênio; valor igual ou acima da média da Área (1,2) para a relação entre publicações internacionais e DP, considerando o Qualis-Livros e os artigos em periódicos classificados como Qualis A, internacional e nacional (que são equiparados na classificação da Área – ver Anexo I). Qualitativamente, a avaliação da produção

intelectual pode ser conduzida através da Planilha Específica do Qualis-Livros do Programa. A questão da internacionalização, no sentido indicado acima, deve ser considerada principalmente a partir das informações dos Programas. Por outro lado, para distinguir os Programas nota 7 dos demais de excelência, além do papel que devem ter de servir de paradigma para a produção intelectual da Área, não é possível deixar de levar em consideração a bagagem acumulada por esses Programas, em termos da sua produção intelectual consolidada, dos quadros que formaram e do papel de referência que exercem em relação aos demais. Quer dizer, depende da própria *história* desses Programas.

Aprovado em 1982 e tendo credenciado o seu Doutorado dez anos depois, o Programa de História Social da UFRJ contou no triênio com uma média de 23,6 docentes permanentes (DP) e 11 pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (46,6%). Os indicadores da percentagem de DP (88,0%), de ensino (80,9%) e de orientação (90,3%) na PG estão plenamente satisfatórios, assim como a atividade de pesquisa (2,1), medida em projetos por DP. Há participação em um projeto PRONEX, coordenado por um reconhecido profissional da casa, que agrega outras instituições do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo; um MINTER encontra-se em funcionamento e um DINTER, em implantação. São 50 os discentes-autor (DisA), número próximo a 50% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 45,6 no ME e 57,6 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 16,6 e a 11,3 titulados. O TMT no ME mostra-se excessivamente baixa no conjunto (20 meses), mas adequado no caso dos bolsistas (26,7 meses) e no do DO (52,6 e 51,9). A carga de orientação na PG situa-se em 4,3 discentes por DP, embora faltem dados para a carga equivalente na Graduação. No triênio, em média por DP, o Programa titulóu 0,48 doutores e publicou 1,5 obras de caráter internacional.

Dentre os 19 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se algumas publicações de discentes, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 85 linhas de publicações docentes e 36, de discentes, com evidente qualidade, variedade e consistência, que inclui um livro premiado pela Casa de las Americas e mais 15 textos de caráter internacional. Uma tese de Doutorado obteve prêmio em Paris. Além das publicações, a organização de eventos e a realização de estágios deixam evidente, conforme o caderno “Proposta do Programa”, a inserção internacional do Programa.

Aprovado em 1973 e tendo credenciado o seu Doutorado em 1987, o Programa da PUC-RS contou no triênio com uma média de 13,0 DP e 4 pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (30,8%). Os indicadores da percentagem de DP (93,0%), de ensino (100%) e de orientação (100%) na PG estão plenamente satisfatórios, assim

como a atividade de pesquisa (1,0), medida em projetos por DP. No relatório bastante claro e completo contido no caderno “Proposta do Programa”, não há registro de participação em grandes projetos tipo PRONEX, mas estão presentes quatro núcleos de pesquisa ativos, que asseguram projetos coletivos de pesquisa; há também um convênio de cooperação com a UPF. São 49 os DisA, número próximo a 50% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 46,3 no ME e 46,3 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 19,3 e a 12,3 titulados. O TMT no ME (25,4 meses) e no DO (51,9) mostra-se adequado no conjunto, como no caso dos bolsistas (24,8 e 54,8 meses). A carga de orientação na PG é elevada, 7,1 discentes por DP, mas não excessiva, enquanto na Graduação equivale a 1,2. No triênio, em média por DP, o Programa tituló 0,95 doutores e publicou 1,2 obras de caráter internacional.

Dentre os 11 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se algumas publicações de discentes e egressos, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 92 linhas de publicações docentes e 72, de discentes, com produções de divulgação e/ou de caráter local, mas que se completa com outras de evidente qualidade, variedade e consistência, incluindo 4 textos de caráter internacional. Além de publicações, convênios com instituições de Portugal, Espanha, Uruguai e França, assim como cursos e conferências na França, Argentina, Espanha e Moçambique comprovam a inserção internacional do Programa.

Aprovado em 1990 e tendo credenciado o seu Doutorado em 2000, o Programa da UFMG contou no triênio com uma média de 19,3 DP, 11 dos quais pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (57%, a mais alta proporção na Área). Os indicadores da percentagem de DP (84,1%), de ensino (84,2%) e de orientação (100%) na PG estão plenamente satisfatórios, assim como a atividade de pesquisa (2,2), medida em projetos por DP. O registro de participação em grandes projetos tipo PRONEX ainda é modesto, mas são numerosas as iniciativas de coordenação de integrantes do Programa em projetos coletivos de pesquisa, inclusive com o exterior. São 62 os DisA, número próximo a 60% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 60,3 no ME e 43,0 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 25,6 e a 8,6 titulados. O TMT no ME (30,8 meses) e no DO (50,5) mostra-se adequado no conjunto, como no caso dos bolsistas (29,7 e 53,0 meses). A carga de orientação na PG é alta, 6,2 discentes por DP, mas não excessiva, enquanto na Graduação equivale a 3,4. No triênio, em média por DP, o Programa tituló 0,45 doutores e publicou 2,3 obras de caráter internacional.

Dentre os 33 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se publicações de discentes e egressos, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 118 linhas de publicações docentes e 22, de discentes,

com produções de evidente qualidade, variedade e consistência, incluindo 12 textos de caráter internacional. Além de publicações, os intercâmbios numerosos com instituições da França, Inglaterra, Portugal e Itália, destacados no caderno “Proposta do Programa”, comprovam a inserção internacional do Programa.

Aprovado em 1971, já com Mestrado e Doutorado, o Programa de História Econômica da USP contou no triênio com uma média de 18,0 DP e 9 pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (50%). Os indicadores da percentagem de DP (73,0%), de ensino (90,7%) e de orientação (87,0%) na PG mostram-se satisfatórios, assim como a atividade de pesquisa (0,9), medida em projetos por DP. Há registro de participação em um grande projeto tipo TEMÁTICO, com financiamento da FAPESP, assim como muitas atividades partilhadas com o Programa de História Social no âmbito da Cátedra Jaime Cortesão, com apoio do Instituto Camões, de Portugal; projetos de MINTER e DINTER, contudo, ainda estão em estudos. São 77,3 os DisA, número próximo a 70% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 48,3 no ME e 67,0 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 7,3 e a 15,0 titulados, fluxo este que precisa ser dinamizado no primeiro caso. O TMT no ME (36 meses) e no DO (48,8) mostra-se adequado no conjunto, como no caso dos bolsistas (32,5 e 51,3 meses), mas os dados para o triênio não estão completos. A carga de orientação na PG é alta, 6,4 discentes por DP, mas não excessiva, embora não se registre o dado correspondente para a Graduação, mencionada porém no caderno “Proposta do Programa” como atraindo a atenção dos docentes. No triênio, em média por DP, o Programa titulóu 0,83 doutores e publicou 2,3 obras de caráter internacional.

Dentre os 23 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se publicações de discentes e egressos, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 109 linhas de publicações docentes e 78, de discentes, com evidente qualidade, variedade e consistência, incluindo 18 textos de caráter internacional. Além de publicações, intercâmbios com instituições da China, Peru, Espanha, Portugal, Holanda, Inglaterra, México, França, Estados Unidos, Itália e Canadá, destacados no caderno “Proposta do Programa”, comprovam sobejamente a inserção internacional do Programa.

Como mencionado acima, é a *história* dos demais três Programas – o da UFF, o da USP, História Social, e o da UNICAMP – que os distinguem, mais do que qualquer indicador, para se candidatarem à nota 7, segundo este CA. Embora não tenha sido possível realizar um levantamento preciso, não há a menor dúvida, pelo tempo de atividade que têm, pelo número de titulados que alcançaram, pela qualidade da formação que vêm assegurando e pelo prestígio de que gozam, que são eles os principais responsáveis pelo doutoramento de ampla maioria do corpo docente em

atuação na PG em História do país, fato que pode ser confirmado em quase todos os cadernos “Corpo Docente” da Área. Por outro lado, entre eles encontram-se os dois mega-Programas da Área, o da UFF e o da História Social da USP, cujo número médio de DP no triênio aproxima-se – num caso para mais, no outro, para menos – de três vezes a média da Área. Essa dimensão, que se faz acompanhar pela do corpo docente, acaba, no entanto, servindo-lhes de um certo *handicap*, no caso de alguns indicadores, pois implica na divisão por um divisor mais elevado, ao mesmo tempo que aumenta a dificuldade para assegurar uma produtividade equivalente entre um grupo muito grande de DP.

Aprovado em 1971 e tendo credenciado o seu Doutorado em 1985, o Programa da UFF contou no triênio com uma média de 49,3 DP, 28 dos quais pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (56,8%, a segunda mais alta proporção na Área). Os indicadores da percentagem de DP (95%), de ensino (72,9%) e de orientação (91,0%) na PG estão plenamente satisfatórios, assim como a atividade de pesquisa (1,8), medida em projetos por DP. Há a participação em dois grandes projetos tipo PRONEX (mais um aprovado), além de outros grupos de pesquisa ativos, inclusive coordenados pelos quatro Cientistas de Nosso Estado da FAPERJ que pertencem ao Programa; ao que se devem acrescentar um MINTER e um DINTER, mantidos com instituições de educação superior no Paraná e no Piauí. São 131,6 os DisA, número superior a 50% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 106,6 no ME e 132,6 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 31,6 e a 27,3 titulados. O TMT no ME (30,3 meses) e no DO (56,2) mostra-se adequado no conjunto, como no caso dos bolsistas (29,5 e 54,6 meses). A carga de orientação na PG é bem proporcionada, 4,9 discentes por DP, enquanto na Graduação equivale a 1,6, esta sempre inferior à realidade em Programas desse porte. No triênio, em média por DP, o Programa titulóu 0,55 doutores e publicou 1,2 obras de caráter internacional.

Dentre os 44 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se publicações de discentes, o que constitui um excelente indicador. Incluindo 14 textos de caráter internacional, a Planilha Específica do Qualis-Livros traz 197 linhas de publicações docentes e 83, de discentes, com produções de evidente qualidade, variedade e consistência, cuja pontuação, no entanto, sofreu por conta de ter sido aplicado o critério de limitar a contagem diante do avultado número de verbetes em duas obras importantes. Além de publicações, os convênios e intercâmbios com instituições de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Argentina, Colômbia e Itália, destacados no caderno “Proposta do Programa”, comprovam a grande inserção internacional do Programa.

Aprovado em 1971, já com Mestrado e Doutorado, o Programa de História Social da USP contou no triênio com uma média de 55,3 DP, 18 dos quais pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (32,5%). Os indicadores da percentagem de DP (78%) e de orientação na PG (95,5%) estão plenamente satisfatórios, assim como a atividade de pesquisa (1,5), medida em projetos por DP, mas faltam dados quanto à atividade de ensino na PG ao longo de todo o triênio, por conta de preenchimento deficiente no Coleta, assim como é característica da instituição uma elevada endogenia dos DP. Há a participação em grandes projetos tipo COFECUB, PRONEX do CNPq, TEMÁTICO da FAPESP, além de muitos outros grupos de pesquisa ativos, com projetos coletivos, com destaque para as atividades da Cátedra Jaime Cortesão; prevê-se a organização de um MINTER e um DINTER para 2007. São 146,3 os DisA, número um pouco inferior a 50% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 143,6 no ME e 184,3 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 26,6 e a 30,6 titulados, aspecto que precisa ser dinamizado. O TMT no ME (43,5 meses) e no DO (61,9) mostra-se um tanto elevado no conjunto, como no caso dos bolsistas (42,0 e 63,6 meses), merecendo igualmente correção mais incisiva do que aquela que vem sendo aplicada, apesar das divergências apontadas pelo Programa entre as normas da instituição e as da CAPES. A carga de orientação na PG é adequada, 3,1 discentes por DP, enquanto na Graduação equivale a 1,2, mas ambas podem subir, ainda que a última seja sempre inferior à realidade em Programas desse porte. No triênio, em média por DP, o Programa titulou 0,55 doutores e publicou 1,2 obras de caráter internacional. Cumpre registrar a contratação a partir de 2003 de 18 novos docentes, que com certeza emprestarão uma nova dinâmica ao Programa nos próximos anos.

Dentre os 49 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se publicações de discentes, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 205 linhas de publicações docentes e 84, de discentes, com produções de evidente qualidade, variedade e consistência, incluindo 19 textos de caráter internacional. O Programa vem apoiando a publicação de trabalhos de seus discentes e docentes. Além de publicações, os convênios e intercâmbios com instituições dos Estados Unidos, França, Espanha, Inglaterra, Portugal, Argentina, Cuba, Colômbia, Itália, Bangladesh, México, Israel, Canadá, Bélgica, China e Chile, destacados no caderno “Proposta do Programa”, comprovam a intensa inserção internacional do Programa.

Aprovado em 1976 e tendo credenciado o seu Doutorado em 1984, o Programa da UNICAMP contou no triênio com uma média de 25,3 DP, 9 dos quais pesquisadores bolsistas de produtividade do CNPq (35,6%). Os indicadores da percentagem de DP (75%), de ensino (68,4%) e de orientação (89,4%) na PG estão adequados, assim como plenamente satisfatória a atividade de pesquisa (2,4), medida em projetos por DP. Há a

participação em grandes projetos tipo PRONEX do CNPq e TEMÁTICO da FAPESP, além de outros grupos de pesquisa ativos, envolvidos com projetos coletivos; assim como um programa MINTER, cujas características foram pouco detalhadas. São 143,0 os DisA, número correspondente a quase 100% do corpo discente, cuja média no triênio foi de 64,0 no ME e 79,7 no DO, com um fluxo médio respectivo correspondente a 21,0 e a 20,0 titulados. O TMT no ME (31,2 meses) e no DO (57,4) mostra-se adequado no conjunto, como no caso dos bolsistas (32,3 e 49,2 meses). A carga de orientação na PG é bem proporcionada, 5,7 discentes por DP, enquanto na Graduação equivale a 0,7, esta sempre inferior à realidade em Programas desse porte. No triênio, em média por DP, o Programa tituló 0,79 doutores e publicou 2,5 obras de caráter internacional.

Dentre os 14 artigos Qualis A (internacionais e nacionais), encontram-se publicações de discentes e egressos, o que constitui um excelente indicador. Na Planilha Específica do Qualis-Livros, são 176 linhas de publicações docentes e 47, de discentes, com produções de evidente qualidade, variedade e consistência, incluindo nada menos do que 48 textos de caráter internacional, mas também a produção extremamente volumosa de um único docente, desproporcional em relação aos demais. Além de publicações, convênios e intercâmbios com instituições da Inglaterra, França, Estados Unidos e Portugal, destacados no caderno “Proposta do Programa”, comprovam sem sombra de dúvida a grande inserção internacional do Programa.

O PERFIL DA ÁREA

Talvez cause estranheza a falta de indicação, por parte deste CA, para que seja reduzida a nota de algum Programa. A explicação não decorre de alguma suposta benevolência nossa, mas de motivos muito concretos, que se encontram no amadurecimento da Área, em sua evolução no período e na capacidade que demonstrou para absorver e implementar as recomendações que recebeu nas Avaliações Continuadas de 2005 e 2006. Diante dos 36 Programas ao final do triênio anterior, a apresentação de nada menos do que 30 propostas de cursos novos de 2005 a 2007, 17 das quais foram aprovadas pelo CTC (incluindo uma somente de Doutorado e outra de Mestrado e Doutorado), indica, em primeiro lugar, de maneira inequívoca, o enorme potencial que a Área vinha acumulando, o qual somente pode ter resultado da sua própria consolidação enquanto Área acadêmica. Isso evidencia-se igualmente pelo crescimento do número de bolsistas de produtividade, pela maior captação de recursos por meio de editais do CNPq, pelo surgimento de grupos de pesquisa emergentes através de iniciativas de MINTER E DINTER e a própria renovação de quadros docentes que, nas avaliações anteriores, se mostravam muito dependentes da atuação de professores aposentados. Em segundo, esse súbito influxo de quase 50% de cursos

novos implicou em um novo perfil para a Área, cuja base, constituída pelos Programas nota 3, alargou-se consideravelmente, não sendo possível, desde já, alterá-la de forma ampla, seja por razões legais, seja por bom senso e prudência. Finalmente, não só os Programas mais consolidados estão cada vez mais familiarizados com os mecanismos da Avaliação, como, apesar de alguns tropeços ao longo desses três anos, num caso ou outro, aprenderam a reagir com grande flexibilidade e inteligência às recomendações e orientações do CA, nas Fichas de Avaliação das Continuadas de 2005 e 2006, como ainda por ocasião dos Fóruns mantidos, ao menos a cada semestre, pela Associação Nacional de História (ANPUH).

Tal desequilíbrio na base passou então a exigir uma nova configuração no restante da Área, o que se viu viabilizado pela crescente maturidade dos Programas notas 4 e 5. Por isso, as quatro indicações ao CTC, por parte deste CA, para elevar Programas nota 3 para 4; para passar o único Programa de Mestrado Profissional para 5; e para atribuir nota 5 a seis Programas até agora nota 4. Igualmente pertinente, pareceu ao CA a recomposição do nível de excelência, com a promoção de três cursos para a nota 6 e a conservação dos demais nessa classe, eliminando assim o estranho “pescoço” que a Área teve nesse último triênio, com um Programa 6 e três Programas 7.

Vale acompanhar esse perfil da Área com os dados apresentados no Anexo X. Em 1999, com apenas 21 Programas, havia um evidente inchamento dos estratos superiores – do 5 ao 7 – que correspondiam a mais de 50% do conjunto. A situação melhorou muito em 2001, quando esse grupo superior passou a representar apenas 29,6% dos 27 Programas então credenciados, embora aparecesse uma certa concentração na nota 4, à qual cabia 40,7% dos cursos. Em 2004, apesar do já mencionado “pescoço”, alcançou-se um equilíbrio quase ideal, com 36,1% cabendo aos Programas 3; 30,6%, aos 4; e 33,3% compostos por oito cursos 5, um curso 6 e três cursos 7.

Embora, neste triênio, o afluxo de 15 cursos novos nota 3 tenha deslocado a concentração para esse nível, que passa a ser responsável por 47,2% do conjunto, e embora o nível da nota 4 reduza-se para apenas 17,0%, os estratos superiores, porém, continuam a compor a percentagem razoável de 35,8%, bastante bem distribuída por meio de doze cursos nota 5 (se contado o profissional), 4 nota 6 e 3 nota 7. Na realidade, como apresentado acima, há pelo menos oito dos atuais cursos nota 3 com excelentes indicadores e que, caso confirmem esse comportamento ao longo do próximo triênio, poderão ser promovidos em 2010, vindo a estabelecer o equilíbrio da Área, como um todo, em um novo patamar. Por conseguinte – insiste-se – as promoções que este CA encaminha resultam de um cuidadoso exame da Área como um todo. Ela, sim,

foi que se consolidou e expandiu de maneira surpreendente ao longo do triênio 2004-2006.

Para finalizar, dois comentários. A Pós-Graduação na Área de História encontra-se hoje presente em todas as regiões do país, ainda que de maneira mais tênue no Norte (Mestrados em Manaus, Belém e Teresina) e de maneira um pouco mais consistente no centro-oeste (Mestrados em Cuiabá, Grande Dourados e Goiânia, além de Brasília); são poucas as unidades da Federação ainda desprovidas dela (destaque para Maranhão, Alagoas e Sergipe). Não obstante, há sinais em várias “Propostas do Programa” de que já se iniciaram contatos que conduzirão à superação dessa deficiência, o que, não menos importante para a Área, se faz acompanhar, em geral, por uma nova atitude em relação aos acervos locais, contribuindo para sua preservação. Por outro lado, cabe ressaltar, além disso, que não só o Nordeste passará a dispor de dois Programas nota 5 – algo que corresponde ao lugar que a região já ocupa na Área – como também, pela primeira vez, que Programas de excelência serão reconhecidos fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Como já destacado acima, tais indícios somente confirmam a consolidação e o amadurecimento da Área de História no país.

Brasília / Rio de Janeiro, 26 de agosto / 14 de setembro de 2007

Pelo Comitê de Avaliação da Área de História,

Guilherme Pereira das Neves
Representante

DEMAIS INTEGRANTES:

Eni de Mesquita Samara (USP)

Estevão de Rezende Martins (UnB)

Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)

Junia Furtado (UFMG)

Maria Adenir Peraro (UFMT)

Tania Regina de Luca (UNESP-Assis)

Braz Brancato (PUC-RS)

Eurípedes Funes (UFC)

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho (UFPE)

Sidney Chalhoub (UNICAMP)

ANEXOS

- Anexo I – Critérios para Avaliação de Periódicos Impressos e Eletrônicos
- Anexo II – Ficha-modelo para Análise dos Programas
- Anexo III – Carta aos Coordenadores dos Programas de História
- Anexo IV – Critérios para o Qualis-Livro da Área de História
- Anexo V – As Planilhas Específicas do Qualis-Livros de 41 Programas
- Anexo VI – Planilha Geral do Qualis-Livros
- Anexo VII – Critérios para Atribuição de Conceitos na Ficha de Avaliação
- Anexo VIII – Planilha Geral do Qualis-Periódicos e Trabalhos Completos em Anais
- Anexo IX – Planilha Geral com Alguns Indicadores dos Programas
- Anexo X – Quadro de Notas da Área (1999-2007)